

REQUERIMENTO Nº /04
Autora: Deputada MANINHA

Requer a realização de Audiência Pública com os ministros Eduardo Campos, da Ciência e Tecnologia e Celso Amorim, das Relações Exteriores para explicarem a posição brasileira diante da pressão dos Estados Unidos para o Brasil assinar protocolo adicional da Agência Internacional de Energia Atômica.

EXMA SRA. PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL:

Nos termos do art. 24, IV e do art. 32, XI, c, requero seja realizada, por esta Comissão, Audiência Pública conjunta com a finalidade de ouvir os ministros Eduardo Campos, da Ciência e Tecnologia e Celso Amorim, das Relações Exteriores para explicarem a posição brasileira diante da pressão dos Estados Unidos para o Brasil assinar protocolo adicional da Agência Internacional de Energia Atômica e permitir maior acesso às instalações das plantas comerciais de produção de urânio enriquecido na cidade de Resende (RJ).

JUSTIFICAÇÃO

Nas edições de todos os jornais brasileiros do fim de semana e de ontem, 4 e 5 de abril de 2004, a repercussão de reportagem do Washington Post, dão conta de que "os EUA pediram que o Brasil *mostre compromisso com a não-proliferação de armas nucleares* e assine um protocolo adicional com a AIEA (Agência Internacional de Energia Atômica), da ONU, que permitiria maior acesso às instalações das plantas comerciais de produção de urânio enriquecido do Brasil, na cidade de Resende (RJ)".

Segundo a Folha de São Paulo de hoje, 6 de abril, "a intenção de pressionar o Brasil para a assinatura do novo acordo de inspeção foi divulgada por um funcionário do Departamento de Estado dos EUA que não quis ser identificado".

Explica ainda, a Folha de São Paulo: "O anúncio se segue à publicação de uma reportagem do jornal americano "Washington Post", que noticiou supostas barreiras impostas pelo governo brasileiro às inspeções de suas instalações de enriquecimento de urânio para uso na produção de energia, e antecede a visita do

secretário de Energia dos EUA, Spencer Abraham, ao Brasil -prevista para a segunda metade deste mês. Entre outros assuntos, segundo o funcionário, ele discutirá a adesão do país às novas regras.

"A pressão para a assinatura do novo acordo poderia incluir sanções comerciais. O funcionário do Departamento de Estado citou discurso do presidente dos EUA, George W. Bush, no qual pede "a todos os Estados" que assinem o protocolo de inspeção adicional e recomenda a fabricantes de produtos ligados à produção nuclear que condicionem suas exportações à assinatura do acordo pelo país comprador.

"Segundo o "Washington Post", o Brasil proibiu inspetores da ONU de examinar a instalação de enriquecimento de urânio, em construção em Resende, alegando a defesa de "segredos industriais". A proibição teria sido confirmada por diplomatas e autoridades brasileiras em Viena, sede da AIEA.

"A AIEA não quis comentar o caso. A porta-voz da agência, Melissa Fleming, disse que o assunto está sendo discutido com a missão brasileira em Viena.

"A Embaixada do Brasil na Áustria, porém, afirmou que não havia sido procurada pela AIEA. Os diplomatas brasileiros também aguardavam instrução de Brasília, conclui a matéria do jornal brasileiro.

Ora, senhor Presidente, no momento em que o Brasil assume uma política externa pro-ativa, lidera o Mercosul nas negociações da Alca e acena para acordos multilaterais sul-sul, a posição que adotaremos diante da pressão dos Estados Unidos precisa ser do conhecimento prévio do Parlamento que não pode se omitir de opinar na questão. Por isso o requerimento de audiência conjunta com os citados ministros que esperamos possa ser agendada com a máxima urgência.

Sala das Comissões,

Deputada MANINHA
PT-DF